

## **JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR: o caso da cafeicultura do município de Campestre-MG**

Daiane Aluani Moreira <sup>1</sup>

Ana Rute do Vale <sup>2</sup>

### **Resumo**

O município de Campestre-Mg ainda tem uma expressiva população dentre eles muitos jovens vivendo no campo e o café tem destaque sendo de grande importância para sua economia. Diante desta realidade esta pesquisa tem como objeto de estudo os jovens rurais inseridos no contexto de agricultura familiar e que estão envolvidos com a cafeicultura. O objetivo deste trabalho é compreender a participação política desses jovens rurais, no que se refere ao Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campestre, de modo a verificar se os pais estão dando a eles a possibilidade de participar das decisões tomadas na unidade de produção familiar cafeicultora. Para a realização de tal proposta adotou-se como metodologia o embasamento teórico, a coleta de dados secundários e a entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre. A partir destes procedimentos constatou-se que a participação dos jovens nesse espaço político é pequena e que são necessários incentivos para que eles se sintam atraídos a participar desse sindicato e para que continuem no campo.

**Palavras-chave:** Jovens rurais, agricultura familiar, participação política.

### **Introdução**

Estamos diante de um processo de transformação das sociedades rurais contemporâneas, no que tange à concepção de mundo, modo de vida, modalidades de trabalho e, acima de tudo, os processos de tomada de decisão. Não é mais possível pensar no campo brasileiro e sua população sem a influência da urbanização, sobretudo sobre a juventude rural.

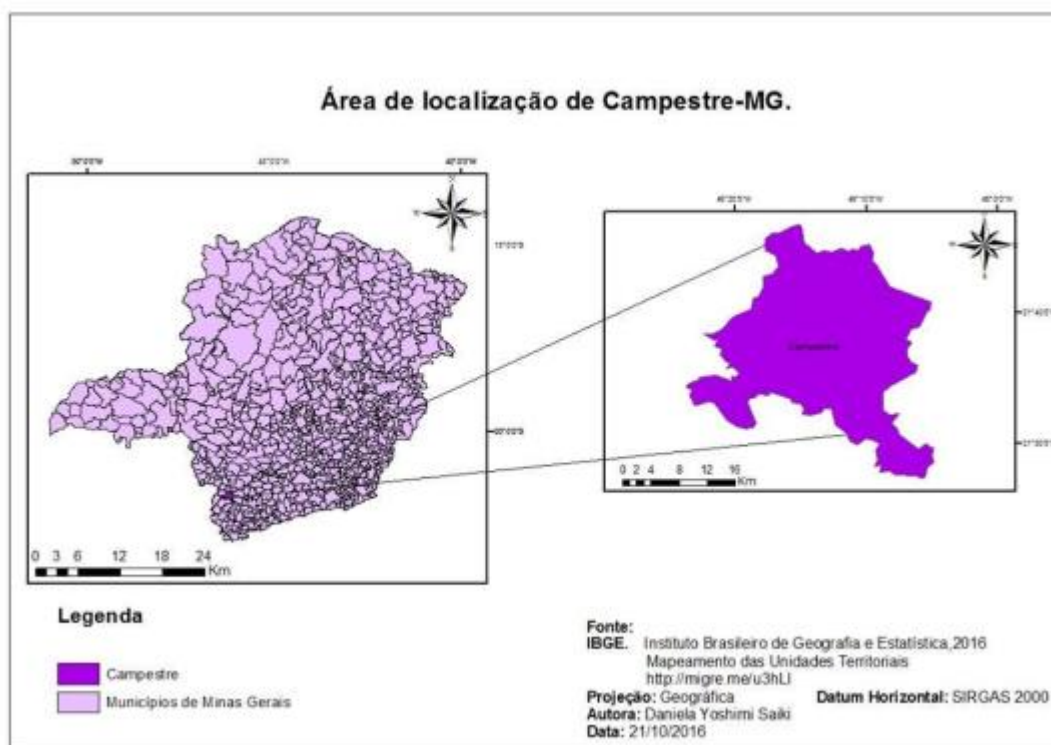
Em muitos casos o meio rural é ocupado majoritariamente por idosos e crianças, isso ocorre porque há uma tendência de migração dos jovens para o meio urbano em busca de melhores oportunidades de vida. Eles se sentem desmotivados a continuar no campo devido a diminuição de empregos gerados pela expansão do agronegócio e as enormes dificuldades encontradas pelas comunidades rurais, seja em termos de atividade econômica, na produção e comercialização dos produtos agrícolas, seja em termos de infraestrutura, serviços e lazer muitas vezes precários. Porém, é importante considerar que a presença dos jovens pode variar de acordo com as regiões brasileiras, destacando-se mais naquelas onde as influências da urbanização são menores e as oportunidades de emprego no campo são maiores.

---

<sup>1</sup> UNIFAL-MG - daianealuanimoreira@yahoo.com

<sup>2</sup> UNIFAL-MG - ana.vale@unifal-mg.edu.br

Diante desse contexto, essa pesquisa tem como área de estudo o município de Campestre localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (Figura 1) onde, a agricultura é realizada principalmente em pequenas e médias propriedades e pautada essencialmente na mão-de-obra familiar, sendo o café o principal cultivo agrícola (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE, 2006). Este município apresenta uma expressiva população rural, emparelhada com a urbana. Do total dos 20.701 habitantes, 10.971 (53%) residem na área urbana e 9.730 (47%), na área rural. Dentro desse contingente populacional temos 1.340 jovens (15 a 24 anos de idade) que representam 13,77% do total de habitantes que vivem na área rural (IBGE, 2010). Sendo assim, em Campestre pode-se notar que ainda existe uma significativa população jovem vivendo no meio rural e conseqüentemente devido a predominância do café na região se dedicando a essa atividade.



**Figura 1:** Mapa de localização do município de Campestre no Estado de Minas Gerais.  
**Fonte:** Base de dados IBGE, 2016. Elaborado por Daniela Yoshimi Saiki (2016)

Como ocorre em todo Sul de Minas, a variedade de café cultivada em Campestre é a arábica, sendo que em 2012, a área colhida foi de 9.975 hectares e com produção de 13.466 toneladas (IBGE, 2012). Tal é a importância da cafeicultura no município, que a COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé), considerada a maior cooperativa de

café do mundo, instalou um núcleo representante em Campestre, o qual possui um escritório de comercialização, lojas de insumos e profissionais que prestam assistência técnica aos produtores.

Diante desse quadro este estudo tem como premissa, compreender a participação política desses jovens rurais, no que se refere ao Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campestre, de modo a verificar se os pais estão dando a eles a possibilidade de participar das decisões tomadas na unidade de produção familiar cafeicultora. Ressalta-se que o sindicato foi fundado no ano de 1972 e reconhecido pelo ministério do trabalho a partir de 1974. Esse espaço em sua maioria é composto por associados que são agricultores familiares e produtores de café, portanto nele estão inseridos o objeto de estudo desta pesquisa, jovens que vivem e trabalham em contexto de agricultura familiar e envolvidos com a produção do café.

Para a realização do objetivo proposto adotou-se como metodologia o embasamento teórico, a coleta de dados secundários e a entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre-MG.

### **Agricultura familiar e juventude rural**

Em se tratando do conceito de juventude, não há uma definição única. Weisheimer (2005) identificou cinco abordagens distintas para tal conceituação: faixa etária; ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida e representação social. Segundo ele há pesquisadores que vão definir a juventude tendo como critério a idade dos entrevistados, ou seja, enfatizam a idade biológica e usam como base para esta delimitação os limites estabelecidos por órgãos e instituições como organização mundial da saúde, IBGE e outros. Existem também pesquisas que definem juventude como um período de transição para a vida adulta tendo-a como uma fase da vida humana que tem o começo marcado pelo surgimento da puberdade e é concluída a partir do momento em que os indivíduos passam a assumir papéis atribuídos aos adultos, ou seja, aqui entende-se a juventude sobre a perspectiva do ciclo de vida (WEISHEIMER, 2005).

Há ainda segundo o referido autor os que consideram jovens sobre o enfoque de geração, levando em consideração a situação comum vivenciada por um determinado grupo etário diante das dimensões históricas do processo social, a abordagem geracional apresenta questões relativas à transmissão e à adaptação da herança cultural, bem como evidencia o papel do conflito das gerações na formação do jovem. Além dessas, ainda tem os que definem

a juventude através de critérios culturais, destaca-se a existência de uma cultura jovem e à importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades, nesta visão tem papel importante a mídia e a cultura de massa, nesse sentido, os jovens seriam a expressão das culturas de massa, fortemente influenciados pela sociedade de consumo, portanto considera-se nessa linha de raciocínio que o jovem rural seria resultado do processo de modernização do campo (WEISHEIMER, 2005).

Para finalizar na última abordagem trazida por Weisheimer (2005) destaca-se os que compreendem a juventude como representação social, nela evidencia-se que o termo juventude é socialmente construído por uma dada sociedade e que os jovens estão sujeitos a assumirem os papéis sociais atribuídos pelos processos de socialização o que define sua condição juvenil.

Para Carneiro (1998), o jovem é aquele que se encontra numa fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização, independente de se ele vive no campo ou na cidade. Já Abramo, Freitas e Sposito (2000) citado por Dalcin e Troian (2009) usam critérios cronológicos para definir a juventude e evidenciam que esta fase caracteriza-se por dois períodos: adolescência e juventude propriamente dita.

Diante desta infinidade de definições torna-se difícil delimitar o que se entende por juventude, porém é necessário adotar um critério para determinar o público alvo desta pesquisa, sendo assim optou-se por utilizar a faixa etária de acordo com o estabelecido pelo IBGE que considera a população jovem os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. É necessário ressaltar que todas as abordagens são válidas e podem ser utilizadas de acordo com o que o pesquisador deseja retratar.

Para Weisheimer (2005) pode-se identificar 14 maneiras diferentes de denominar os jovens do meio rural, ou seja, há uma enorme diversidade quando se trata de configurações juvenis. Dentre elas: jovens agricultores, jovens do campo/do interior/do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens filhos de agricultores, jovens sem terra, juventude escolar rural (WEISHEIMER, 2005). Nessa pesquisa serão utilizados os termos “juventude rural” ou “jovens rurais”.

Em relação ao conceito de agricultura familiar também nota-se que há uma diversidade de interpretações. Para Abramovay et.al (1998, p. 18) a agricultura familiar “pode ser definida pela unidade entre o negócio e a família”. Outros autores fazem uma abordagem mais ampla em torno do termo, mas de maneira geral a maioria defende que a agricultura

familiar tem como característica básica a relação entre propriedade, trabalho e a família, onde a gestão da propriedade e o trabalho são realizados fundamentalmente pelos membros que compõem a família.

Segundo Silva e Mendes (2009, p. 7) “a agricultura familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Nessas unidades produtivas o trabalho e a propriedade estão ligados à família.”. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes (SILVA E MENDES, 2009).

É importante destacar que a definição de agricultura familiar adotada nesse trabalho foi a elaborada por Gasson e Errington (1993, p. 20), citado por Moreira (2008, p. 33), a partir de seis características básicas: 1) a gestão é feita pelos proprietário; 2) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; 3) o trabalho é fundamentalmente familiar; 4) o capital pertence à família; 5) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família e; 6) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Para Castro (2016, p. 103), “os sistemas de produção adotados na unidade familiar podem favorecer mais ou menos a participação dos jovens, os processos de decisão e provocar alterações na maneira de se fazer a gestão da propriedade”. A autora constatou que no caso da atividade cafeeira, quando os jovens rurais conseguem um talhão do cafezal ou desenvolve parcerias, o acesso à renda é favorecido, conseqüentemente, a cafeicultura, gera mais autonomia a eles. Isso porque, em geral, as principais dificuldades enfrentadas por eles na implementação de seus projetos são “falta de recursos financeiros e apoio/credibilidade dos pais, além de poucas opções de se construir uma renda na atividade agropecuária familiar”.

Dessa forma acredita-se que a autonomia do jovem tanto no que se refere a tomada de decisão na unidade de produção familiar quanto em relação a obtenção de uma renda própria é um fator que pode influenciar na decisão do jovem de permanecer ou abandonar o campo. “A expressão jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família e na sociedade” (CASTRO, 2016, p. 34).

Brumer (2007) reforça essa tese ao colocar o acesso à renda própria como um dos motivos para justificar a migração de jovens rurais, já que é o pai que controla os recursos, levando-os a procurar como melhor opção para conseguir-la o trabalho assalariado no meio urbano. Para Castro (2016, p. 35) “o peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e demais redes sociais” sendo que, este controle sobre o jovem é exercido enquanto o mesmo vive com os pais o que acaba por reforçar a ideia de saída do campo como uma forma de adquirir autonomia. Na cafeicultura talvez os jovens estejam conseguindo mais autonomia, já que os dados da população de Campestre revelam que uma parte significativa de jovens ainda permanece no campo e é isso que essa pesquisa pretende descobrir e analisar, conforme mencionado anteriormente.

Sobre o processo sucessório na cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas, Oliveira (2012, p.39) ressalta que:

Para as famílias detentoras e gestoras da propriedade rural, a perspectiva de continuidade está, em regra, condicionada ao interesse de um ou mais de seus membros. Tradição familiar, valor patrimonial, conhecimento acumulado, possibilidades econômico-financeiras e autonomia profissional representam aspectos importantes, em tese favorável à perpetuação do negócio familiar. Por outro lado, longos períodos de preços baixos de produtos como o café, bom nível educacional, acesso à informação e atração por outras atividades profissionais podem dificultar a permanência das novas gerações na gestão da fazenda.

Todavia, essa pesquisa pretende analisar a juventude rural de Campestre a partir da mesma perspectiva de Brumer (2007, p. 30) que acredita que ao invés tentar responder a questão “por que os jovens saem do meio rural”, seria melhor entender “por que os jovens permanecem no meio rural”. Para chegar a tal resposta procura-se aqui inicialmente observar a participação que os jovens têm dentro do Sindicato de trabalhadores rurais de Campestre-MG, tendo em vista que através desse espaço será possível notar se o jovem tem autonomia e incentivos para continuar no campo.

Os movimentos sociais, os sindicatos e outros configuram-se em espaços políticos através do qual os jovens podem ter suas demandas discutidas e reivindicadas por meio da exigência de políticas públicas que os favoreçam, bem como os possibilita que saiam da sua condição de invisibilidade. Porém Castro (2016, p. 69) afirma que “a participação da juventude rural, ainda, é pouco significativa e torna-se cada vez mais premente a necessidade

dos jovens aumentarem sua participação nas organizações da agricultura familiar (sindicatos, associações, cooperativas, dentre outros)”. Espera-se que a realidade em Campestre seja diferente e que haja uma grande participação dos jovens no sindicato.

### **Participação dos jovens no sindicato rural**

Como esse trabalho integra a pesquisa de iniciação científica (PIBICT/ FAPEMIG), intitulada “Participação e permanência dos jovens rurais na produção de café do município de Campestre-MG”, que se encontra em andamento serão apresentados apenas seus resultados preliminares, a partir da entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre-MG.

Esse sindicato configura-se como um espaço político onde os trabalhadores podem ter consciência de seus direitos na sociedade e onde conseguem um acesso facilitado a políticas públicas destinadas a população rural. Também é importante ressaltar que a maioria dos sócios do sindicato de Campestre são agricultores familiares e produtores de café. Sendo assim, nesse espaço é possível perceber se os jovens estão conseguindo autonomia, se estão tendo acesso a políticas de incentivo para que eles continuem no campo e se há uma participação política desses jovens inseridos no contexto de agricultura familiar.

Dessa forma, os primeiros resultados dessa pesquisa são baseados em informações cedidas pelo presidente do sindicato que se encontra nesse cargo a oito anos. De acordo com ele, a participação dos jovens dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre é muito pequena, pois do total de 1600 associados não chega a 10% o número de jovens sócios sendo que, a maioria desses jovens não costuma participar das reuniões e eventos do sindicato a não ser que tenha algo de interesse deles. Também é importante destacar que muitos dos sócios têm filhos que se encontram na faixa etária entre 15 e 24 anos, porém a participação desses jovens filhos de agricultores associados também é mínima (ZENUM, 2017). Em relação a esta participação dos jovens na entrevista o presidente do sindicato relata:

Eles tem uma participação muito pequena, só se tiver alguma coisa que tem algum atrativo para eles, mas a participação é bem pequena mínima mesma. Eles participam mais quando crianças, depois a partir da adolescência eles já não vem com os pais mais e ai acaba tendo esse distanciamento do sindicato.

O presidente ressalta que o Sindicato oferece muitos serviços aos associados como, por exemplo, a emissão de nota fiscal dos produtos comercializados pelos agricultores, a

realização do cartão do produtor rural o cadastramento em políticas federais como o Minha Casa Minha Vida Rural, PRONAF Jovem e outros e também oferece cursos e descontos em atendimentos médicos e outras coisas. Quando perguntado se os jovens associados ou filho de associados podem ter acesso a esses benefícios o presidente responde:

Pode sim, isso daí é sem problemas nenhum, mas assim a gente encontra muita dificuldade para ter programas mais específicos para os jovens, a gente sempre cobra dos nossos governantes para que possam ter programas que possam está fazendo com que esses jovens tenham interesse tanto em ser sindicalizado quanto para que eles permaneçam na zona rural na agricultura, pois a gente nota um êxodo muito grande do jovem eles acabam indo estudar, trabalhar e acaba tendo um esvaziamento da zona rural. Há uma falta de incentivos uma falta de programas que o governo poderia ter mais voltado para os jovens, pois se nota que quando tem programas para os jovens é muito pouco a gente aqui mesmo sempre está reivindicando sempre está procurando alguma coisa para trazer incentivos para que esse jovem possa estar se fixando na zona rural e a gente acaba não conseguindo quase que incentivo nenhum para que esse jovem se torne um associado e que continue na zona rural. (ZENUM, 2017)

Além disso, ele relata que atualmente as poucas políticas voltadas para a juventude rural estão sendo cortadas ou tornando-se muito difícil de serem acessadas, devido as grandes quantidades de exigências e burocracias no processo. Também evidencia que no momento presente o sindicato não realiza ou oferece serviços e eventos especificamente voltados para os jovens, mas ressalta novamente que eles se beneficiam dos programas e serviços oferecidos a todos os associados em geral. Como exemplo o presidente fala do PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), onde as pessoas conseguem adquirir sua casa própria na zona rural.

[...] Outra coisa muito boa que a gente andou fazendo aqui não é bem específico para os jovens mais acabou sendo é a minha casa minha vida o PNHR rural e acabou também tendo vários empecilhos agora mesmo houve uma liberação de uma verba, mas num prazo muito curto de tempo e a gente não conseguiu enquadrar quase ninguém. Esse jovem ele casa muito novinho e consegue ganhar uma casa e ai incentiva esse jovem a continuar no campo e acaba que os governantes não sei o que pensam não fazem nada assim que possa esta garantindo incentivando esse jovem a estar continuando na zona rural. (ZENUM, 2017)

Diante das informações expostas anteriormente pode-se considerar que talvez resida nessa falta de políticas públicas exclusivamente destinadas a juventude e nas dificuldades de acesso aos programas existentes hoje votados aos trabalhadores rurais à justificativa do



sindicato não conseguir uma expressiva participação de jovens mesmo tendo atrativos que podem ser usados por eles nesses espaços.

Em relação às associadas mulheres o presidente afirma que há uma participação significativa e que as jovens também participam e justifica dizendo que as mulheres sempre têm mais interesse em procurar pelos programas que possam beneficia-las então elas procuram estarem presentes nesse espaço. Nota-se que não são muitos os programas e projetos destinados a elas, ele destaca apenas os cursos oferecidos pelo sindicato em parceria com o SENAR-Minas e o salário maternidade:

Programas para mulheres, a gente tem alguns cursos que a gente faz em parceria com o SENAR, que ajuda muito para que ela em casa tenha mais alternativa para estar fazendo as coisas no dia-a-dia ou até mesmo para ter uma alternativa de trabalho fazendo doces quitandas, também tem o salário maternidade e antigamente tinha também o PRONAF Mulher, mas agora com toda a burocracia é difícil de conseguir. E esses benefícios são para todas as mulheres que são associadas ou que são filhas dos associados então as jovens também se beneficiam principalmente dessa questão dos cursos.

Observa-se na fala do presidente do sindicato que os cursos direcionados as mulheres são voltados para os afazeres domésticos, principalmente para a parte de culinária, ele não destacou em nenhum momento cursos com outras finalidades que não esta. Assim pode-se notar que mesmo dentro de um espaço político há uma perpetuação da divisão tradicional das tarefas entre homens e mulheres, onde as mulheres ficam responsáveis pelos cuidados com a casa e com o papel de ajudante na produção, enquanto os homens assumem o trabalho produtivo e gerador de renda.

De maneira geral, constata-se que há pouco incentivos para as jovens mulheres continuarem no campo e participarem ativamente do sindicato, pois como pode-se perceber são poucas as políticas públicas destinadas a elas e poucos serviços oferecidos exclusivamente a esse público no sindicato e ainda há essa questão da divisão de tarefas entre os sexos que favorece a não participação das mulheres no processo de tomada de decisão na unidade de produção familiar.

## **Considerações finais**

Tendo como base os resultados obtidos até o presente momento, pode-se dizer que há a necessidade de aprofundar esse estudo estabelecendo um contato direto com os jovens para

compreender de fato como se dá sua participação na tomada de decisão na unidade de produção familiar o que será realizado a partir de entrevistas com os jovens e seus pais que ainda estão ocorrendo. Em relação à participação política da juventude no sindicato dos trabalhadores rurais de Campestre, conclui-se que é fundamental criar incentivos para atrair o público jovem, tendo em vista que pode-se constatar que a juventude não tem tido uma participação expressiva nesse espaço e que isso pode estar ocorrendo em decorrência da falta de atrativos direcionados especificamente a eles.

Também cabe destacar que é necessário dar atenção especial aos associados que tem filhos jovens, uma vez que observa-se que os pais não costumam levar para esse espaço político os filhos que se encontram em idade entre 15 e 24 anos o que pode revelar que haja uma falta de comunicação entre o jovem e o responsável (pais) que é associado ao sindicato.

É interessante colocar também que uma das principais dificuldades encontradas pelo sindicato para atrair os jovens a se associarem e incentivá-los a continuar no campo, é a falta de políticas públicas destinadas exclusivamente a juventude o que evidencia a condição de invisibilidade desta parcela da população para o poder público. Conclui-se que precisam ser elaborados novos programas e políticas destinados a atender os jovens rurais, com acesso mais facilitado e com menos burocracia, e que essa pode ser uma maneira de atrair o jovem a continuar no espaço rural, tendo em vista que quando são beneficiados através do sindicato por programas não necessariamente voltados a eles há uma chance maior de permanência desse jovem no campo, como retratado pelo Presidente do sindicato quando se referiu ao PNHR.

Para finalizar acredita-se que os jovens rurais devem ser objeto de mais estudos para que saiam da sua condição de invisibilidade e passem a fazer parte das pautas governamentais e recebam incentivos para continuarem no campo. Também é importante que se compreenda a participação dos jovens nos espaços políticos e na unidade de produção familiar, para que se possa identificar quais são as suas dificuldades e anseios e assim definir metas e programas destinados a ajudá-los a superar essas dificuldades e a conquistar seus objetivos. No caso da juventude rural de Campestre, a situação não é diferente, uma vez que a baixa participação em uma instituição representativa, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre, pode revelar que também sua participação nas decisões na unidade de produção familiar não é muito representativa.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. 2. ed. Brasília: Edições Unesco, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546PORb.pdf>. Acessado em 24 out. 2016.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E.G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, F. C. T. et al. (Org.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.
- CASTRO, F. A. T. **Juventude rural e as contribuições do Projeto Transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas (2006-2013)**. Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Lavras, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/10995>. Acessado em 24 out. 2016
- DALCIN, D; TROIAN, A. Jovem e meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA UFPR, 1, 2009, Curitiba, PR. **Anais...** Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>.> Acessado em 24 out. 2016.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=311100&idtema=90&search=inas-gerais|campestre|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populaca>> Acessado em 6 out. 2016.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- MOREIRA, A. M. **Estudo comparativo do uso da terra em unidades de produção familiar no nordeste paraense**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- OLIVEIRA, W. M. O preparo do processo sucessório nas propriedades rurais do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. **Cadernos Universidade do Café**, 2012. Disponível em: [http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Cadernos-UDC\\_2012.pdf](http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Cadernos-UDC_2012.pdf). Acessado em 24 out. 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE / INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Diagnóstico e Diretrizes para a Estrutura Urbana e do Território Municipal**, 2006. Disponível em: [www.campestre.mg.gov.br/index.php/port-transp/plano-diretor?...Plano%20Diretor](http://www.campestre.mg.gov.br/index.php/port-transp/plano-diretor?...Plano%20Diretor). Acessado em 24 out. 2016.
- SILVA, J.M; MENDES, E.P.P. Agricultura familiar no brasil: características e estratégias da comunidade cruzeiro dos martírios – município de catalão (GO). In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. **Anais...** p 1-28. Disponível em:

<[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/SSilv\\_JM.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/SSilv_JM.pdf)>. Acessado em: 15 Set. 2017.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: Mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2005. Disponível em:

[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204229-74145-lt\\_Juventudes\\_rurais\\_map-1655238.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204229-74145-lt_Juventudes_rurais_map-1655238.pdf). Acessado em 24 out. 2016.

ZENUM, Elias Jorge. Entrevista cedida a Daiane Aluani Moreira, em 11 de maio de 2017